



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 159/2022
PROCESSO LICITATÓRIO: 4531663/2021
CONCORRÊNCIA: 006/2021
REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 088/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2022, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A PREFEITURA DE VITÓRIA – PMV E A
EMPRESA FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS S/S LTDA.**

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Municipal nº 8.753/14 e suas alterações, Decreto Municipal nº 17.959/2019, e ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade Concorrência n.º **006/2021**, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, 2º andar, bloco "B", Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29.050-945, neste ato representada pela autoridade competente da Central de Licitações, abaixo subscrita, e pela Presidente da Comissão de Registro de Preços – SEGES, Cristina Costa Ganen Berbet, adiante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

De outro lado, a empresa **FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.434.797/0001-60, estabelecida na Rua Jerônimo Monteiro, 1000, Sala 701 a 704, Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-004, Telefone/Fax: (27) 98111-7505, E-mail: licitacoes@fattocs.com.br, representada por seu sócio/diretor, Sr(a). CARLOS EDUARDO VAZQUEZ, portador(a) do RG n.º 06.853.130-0 e inscrita no CPF sob n.º 008.966.487-61, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ATA, o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA PARA FÁBRICA DE SOFTWARE EM DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS (OUTSOURCING) E FÁBRICA DE MÉTRICAS PARA A MEDIÇÃO DE SISTEMAS**, conforme especificações e quantidades detalhadas no subitem 3.2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

1.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, mediante anuência aos procedimentos realizados pelo Órgão Gerenciador na qualidade de Órgãos Participantes:

2.1.1. SECRETARIA DE FAZENDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0007-11; com sede à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1927, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-945.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global desta ATA é de **R\$ 234.976,50 (Duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)**.

3.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR GLOBAL R\$
01	7.22.49.0090.8	Pontos de Função para Serviços de Fábrica de Métricas: Serviços de Medição de Sistemas Complemento conforme descrição no anexo do termo de referência e/ou edital quando houver.	PF	9.999	11,75	117.488,25
02	7.94.40.0109.0	Pontos de Função para Serviços de Fábrica de Métricas: Serviços de Medição de Sistemas Complemento conforme descrição no anexo do termo de referência e/ou edital quando houver.	PF	9.999	11,75	117.488,25
VALOR TOTAL DA ATA						R\$ 234.976,50

3.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item constante(s) da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) no Concorrência n.º **006/2021**, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.4. O(s) preço(s) do(s) item(ns) é(serão) fixo(s) e irrevogável(is), inclusos todos os custos e despesas de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do(s) mesmo(s) desde que verificada e comprovada alterações no mercado, e na forma estabelecida no Decreto Municipal n.º **17.959/2019**.

3.5. Nas hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, conforme especificado na cláusula sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Geral do Município, bem como os preços nela registrados terão vigência de **12 (doze)** meses, a contar da data da publicação no veículo de imprensa oficial do Município de Vitória.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

4.2. Quando houver contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, estes terão sua vigência conforme as disposições contidas no Edital da licitação, obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO, que exercerá suas atribuições por intermédio da Subsecretaria de Gestão Administrativa e equipe que compõe o ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES, designados pela autoridade competente.

5.2. A execução dos atos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão acompanhadas e fiscalizadas por representante(s) da Administração denominado(s) GESTOR(ES) DA ATA/FISCAL(IS) DE CONTRATO:

a) **Na SEMFA:** Claudinete Vicente Borges Ferreira – SEMFA/SubTI – Analista em Tecnologia da Informação – Assessoria Técnica – 3314-9918.

5.3. A fiscalização do serviço executado será realizada pelo(s) servidor(es) acima, ou por outro servidor assim designado nos termos do Art. 67, da Lei. n.º 8.666/93, que deverá atestar o recebimento dos materiais.

5.4. A Subsecretaria de Tecnologia da Informação (SUB-TI) exercerá supervisão e acompanhamento da execução do contrato e dos serviços prestados, juntamente com o Gestor da área de negócio do projeto (a ser indicado pela secretaria fim). Complementarmente, a CONTRATANTE poderá designar o responsável de cada SS o qual fará ao longo dos trabalhos, o acompanhamento e inspeção das atividades, com o objetivo de auxiliar o Gestor do Contrato na avaliação, aprovação e recebimento dos artefatos e produtos definidos no Projeto Básico.

5.5. O(s) Gestor(es) da Ata de Registro de Preços anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos atos e compromissos assumidos, determinando o que



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

for necessário à regularização das faltas observadas, devendo comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR para registro de todas as ocorrências. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção de medidas cabíveis.

5.6. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato não exclui a responsabilidade da empresa, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidade, e a prefeitura poderá negociar com as empresas subsequentes a redução dos seus preços

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Eventuais concessões de reequilíbrio não alcançam Autorizações de Fornecimento já emitidas para objetos que não gerem obrigações futuras (contratos).

6.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Comprovada a vantagem, e segundo as conveniências da administração, os órgãos e unidades da administração direta do município sob o controle do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderão solicitar a contratação do(s) serviço(s) integrantes desta Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

7.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação por escrito do órgão e/ou unidade interessada em contratar o(s) serviço(s) com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços, a indicação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR beneficiário do registro.

7.3. Comprovada a necessidade pelos órgãos participantes e/ou unidade da administração, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá ser previamente comunicado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da tramitação do processo de aquisição/contratação, devendo o mesmo se manifestar “ciente” no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.4. Havendo a concordância do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, será emitido o CONTRATO e/ou Nota de Empenho.

7.5. Não ocorrendo manifestação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de fornecimento, devendo ser emitida a respectiva Ordem de Serviços – OS e/ou nota de empenho, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.

7.6. A recusa injustificada do vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato e/ou retirar a Ordem de Serviço (OS), dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação das penalidades previstas no edital.

7.7. A Ata de Registro de Preços, o Contrato e/ou a Ordem de Serviço (OS) poderão ser rescindidos e/ou canceladas pelo MUNICÍPIO:

- a)** Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei 8.666/93;
- b)** Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo MUNICÍPIO desde que haja conveniência para a Administração;
- c)** Judicialmente, nos termos da legislação.

7.8. Serão firmados quantos contratos forem necessários durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.9. As contratações serão realizadas de acordo com as necessidades do Município de Vitória.

7.10. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, devidamente autorizada formalmente pela Autoridade Competente, observado o disposto no Art. 57, Inciso IV da Lei 8.666/93.

7.11. A eficácia do contrato dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

7.12. A licitante vencedora será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar, na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

7.13. A Administração poderá prorrogar o prazo do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

7.14. Os serviços ocorrerão de forma parcelada, a cada solicitação por Ordem de Serviço (OS) e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo (s) ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO (S) PARTICIPANTE (S) ou unidade (s) requisitante (s).

7.15. O início da execução do serviço deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço (OS).

7.16. Para a execução do contrato, será implementado um método de trabalho baseado no conceito que atribui à PMV a determinação, coordenação, supervisão, controle e fiscalização, bem como a gestão quantitativa e qualitativa dos serviços a serem prestados, e à CONTRATADA a responsabilidade da execução operacional dos serviços, através do gerenciamento de seus recursos.

7.17. A cada contratação, será firmado, OBRIGATORIAMENTE, o respectivo TERMO DE CONFIDENCIALIDADE entre as partes contratantes para resguardar as informações do Município de Vitória e garantir a eficiência dos serviços prestados, conforme modelo.

7.18. Os serviços serão executados conforme especificações descritas no Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas para suportar a(s) eventual(is) aquisição dos materiais/serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.

CLÁUSULA NOVA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do Contratante, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, da comprovação da prestação dos serviços.

9.2. O Município de Vitória somente pagará a CONTRATADA os serviços efetivamente realizados em cada mês, de acordo com os procedimentos de medição estabelecidos no item – MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquia ou garantia de execução de valores mínimos. Somente serão pagos os serviços que foram efetivamente entregues, com o respectivo Termo de Aceite devidamente assinado.

9.3. A quantificação e totalização dos serviços aprovados para pagamento será realizada no final de cada mês, compreendendo o período entre o primeiro dia e o último dia do mês, exceto no mês de assinatura do contrato no qual a medição compreenderá os serviços realizados entre a data de assinatura do instrumento contratual e o último dia do mês, e o último mês de vigência do contrato, em que se medirão os serviços prestados entre o primeiro dia deste mês e a data de vencimento do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

9.4. A CONTRATANTE terá um prazo de até o 5º dia útil para a emissão do relatório de medição mensal.

9.5. Para os serviços de desenvolvimento de novos sistemas e manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva, o faturamento e pagamento serão efetuados para uma ou mais fases do ciclo de vida de execução do serviço que foram efetivamente concluídas e homologadas dentro do mês de referência, mediante apresentação do Termo de Aceite da Fase (ou das fases) devidamente assinado pelo gestor do contrato da PMV. Contudo, no tocante a fase de Transição, que é a última do ciclo, a mesma somente terá seu faturamento e pagamento liberados após a emissão e assinaturas do gestor do contrato e do responsável do setor demandante da PMV no Termo de Aceite Definitivo, conforme definido no item – Homologação do Serviço. Cada fase do ciclo de vida será remunerada respeitando-se os limites percentuais de pagamento definidos na tabela abaixo:

Tabela de Percentual de Pagamento por Fase (PPF)	
Fase	Percentual Limite de Pagamento
Ativação	Não se aplica
Concepção	10%
Elaboração	20%
Construção e Testes	35%
Homologação	25%
Transição	10%

9.6. O valor de pagamento limite para cada fase, portanto, será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Valor de Pagamento = VUPF x QTPF x Percentual
--

Onde:

- a) VUPF: Valor Unitário do Ponto de Função contratado;
- b) QTPF: quantitativo total de pontos de função da fase, conforme levantado na contagem.

9.7. Para os serviços de manutenção corretiva, o faturamento e pagamento serão efetuados somente após a conclusão integral da Solicitação de Serviço, acompanhada do Termo de Aceite Definitivo devidamente assinado pelo gestor do contrato e pelo responsável do setor demandante da PMV, em conformidade ao item – Homologação do Serviço. Quaisquer serviços executados pela CONTRATADA que não atendam as especificações e informações contidas nas “Solicitações de Serviço – SS”, não serão objeto de faturamento enquanto não forem corrigidos e serão devolvidos para serem refeitos, sujeitando-se, ainda, a CONTRATADA, às penalidades correspondentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

conforme o item - INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO. Os pagamentos serão glosados em razão de penalidades imputadas à CONTRATANTE.

9.8. A CONTRATADA deverá entregar juntamente com as Notas Fiscais, cópia dos Termos de Aceite devidamente assinados, e Relatório dos Serviços Executados detalhando os trabalhos desempenhados com a respectiva quantidade de pontos de função consumida.

9.9. A quantificação e totalização dos serviços aprovados para pagamento obedecerá aos critérios do item – Contagem por Tipo de Serviço.

9.10. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA ORDEM DE SERVIÇO.

9.11. A atestação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

9.12. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviço; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

9.13. Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

9.14. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o requisitante;

II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;

III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

9.15. Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em originais ou devidamente autenticados:

I. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

II. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

IV. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

V. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

VI. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>).

9.16. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

9.17. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

9.18. O Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

10.1.1. Cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Edital e seus anexos.

10.1.2. Manter um funcionário ou preposto responsável pela supervisão permanente dos serviços prestados, durante todo o período de vigência do contrato, com poderes de representante legal sem ônus adicional para a PMV. O preposto deverá ser apresentado formalmente na reunião inicial do contrato, a ser convocada pelo Gestor do Contrato. O representante da CONTRATADA deverá comparecer na reunião inicial, a ser marcada por um representante da SubTi, nas dependências da PMV.

10.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com: deslocamento dos técnicos da CONTRATADA para tratamento de quaisquer demandas, reuniões, instruções, avaliações, especificações, testes e demais ações presenciais necessárias ao processo de desenvolvimento, enquanto perdurar a vigência do contrato, sem qualquer ônus ao município.

10.1.4. Comunicar à fiscalização da PMV, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

10.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da PMV, cujas reclamações, quando de responsabilidade da CONTRATADA, se obriga a atender prontamente.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura ocasionar a PMV ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, devendo, nesses casos, a PMV abater o valor correspondente dos pagamentos devidos.

10.1.7. Respeitar, durante a execução dos serviços, todas as leis, normas e posturas Federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes.

10.1.8. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a PMV, procedentes da prestação dos serviços do objeto desta contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

10.1.9. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade, prestando a CONTRATANTE os esclarecimentos julgados necessários.

10.1.10. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis.

10.1.11. A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da PMV não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.

10.1.12. A CONTRATADA não deverá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da PMV.

10.1.13. Atender às solicitações da CONTRATANTE, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos, ou quaisquer outras solicitações inerentes ao objeto do termo de referência.

10.1.14. Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da PMV.

10.1.15. Executar os serviços por intermédio de profissionais qualificados, com experiência e conhecimento compatíveis com os serviços a serem realizados.

10.1.16. Submeter as decisões e os documentos técnicos dos Projetos à aprovação da SubTi.

10.1.17. Durante a fase da execução do serviço a interrupção na prestação do serviço sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas neste termo, salvo por motivo formalmente encaminhado a CONTRATANTE, justificado e aceito por esta.

10.1.18. Devolver, durante a transição contratual, recursos disponibilizados (documentos, equipamentos ou outros) pela CONTRATANTE.

10.1.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social e normas regulamentadoras da Medicina e segurança do trabalho.

10.1.20. A interrupção na execução dos serviços não interrompe a contagem dos prazos de execução contratual ou previsto no cronograma, salvo por motivo formalmente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

10.1.21. Não é permitida a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.22. A execução dos serviços pela CONTRATADA deverá estar de acordo com as normas de segurança / acesso existente na CONTRATANTE e manter a integridade / segurança dos equipamentos e sistemas pertencentes à PMV relacionados ao objeto do Termo de Referência, durante a vigência do contrato.

10.1.23. A CONTRATADA deverá ser responsável pela locomoção dos profissionais até o local de trabalho, de modo a garantir a continuidade dos serviços, mesmo que haja algum empecilho externo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

10.1.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar uniforme e crachás de identificação para todos os profissionais cedidos por ela. Material imprescindível para permitir “trânsito livre de seus técnicos nas dependências da CONTRATANTE”

10.1.25. A equipe técnica da PMV se reserva o direito de realizar diligências, visitas técnicas e entrevistas, de modo a certificar-se da veracidade dos documentos apresentados pela empresa proponente.

10.1.26. A CONTRATADA deverá comprovar os currículos de seus técnicos, quando solicitada.

10.1.27. Nada no contrato poderá ser interpretado como criar quaisquer vínculos trabalhistas entre a CONTRATANTE e os técnicos da CONTRATADA, assumindo esta, toda a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes da prestação de serviços por seus técnicos à PMV. Não serão de responsabilidade da PMV os encargos, tais como: salário dos profissionais alocados e seus encargos trabalhistas, deslocamento do profissional e despesas com alimentação e impostos e demais encargos fiscais.

10.1.28. Os profissionais que irão compor a equipe deverão possuir qualificação e experiência adequada à função. A CONTRATANTE, através do gestor do contrato, deverá aprovar os currículos e realizar entrevistas com a equipe da CONTRATADA. Após esta etapa será emitido um aceite da equipe para início dos trabalhos. Para os casos de novas contratações de técnicos, a Contratada deverá treinar os profissionais.

10.1.29. A CONTRATADA deve estar apta a iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, podendo este prazo ser prorrogado a critério exclusivo da PMV, em face de eventual necessidade operacional.

10.2. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE:

10.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

10.2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes;

10.2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão;

10.2.4. Comunicar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento (AF) quanto à aquisição/contratação em andamento;

10.2.5. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços;

10.2.6. Instruir processos de penalidade, quando o descumprimento ocorrer após atos praticados pela Comissão de Registro de Preços;

10.2.7. Se manifestar nos processos de penalidade quando solicitado pelo órgão competente na hipótese em que a conduta do Compromissário Fornecedor afetar toda a Ata de SRP.

10.3. Constituem obrigações do GESTOR / FISCAL - ÓRGÃO REQUISITANTE:

10.3.1. Providenciar a abertura de processo de contratação ao verificar a necessidade, sempre com prévia antecedência à execução dos serviços, visando a não paralisação dos serviços;

10.3.2. Proceder consulta da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do compromissário



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

fornecedor;

10.3.3. Verificar a existência de recursos financeiros para custear a contratação;

10.3.4. Fornecer a documentação técnica referente aos padrões adotados pela PMV;

10.3.5. Prestar informações, esclarecimentos necessários e dar condições – no que lhe couber – para que a CONTRATADA possa executar os serviços objeto desta contratação;

10.3.6. Comunicar à CONTRATADA as alterações na plataforma tecnológica, nas normas, padrões, processos e procedimentos e estipular prazo para adequação da CONTRATADA;

10.3.7. Formalizar por escrito, as solicitações de serviços ou esclarecimentos feitos à CONTRATADA;

10.3.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de servidores especialmente designados;

10.3.9. De acordo com normas e procedimentos previamente estabelecidos, permitir o acesso às dependências da PMV, quando necessário, aos técnicos da CONTRATADA;

10.3.10. Efetuar o pagamento nos prazos e condições pactuados, quando estes estiverem de acordo com o exigido e sem defeitos ou incorreções;

10.3.11. Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste estudo;

10.3.12. Informar à empresa CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;

10.3.13. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido;

10.3.14. Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

10.3.15. Fornecer as condições necessárias para o levantamento de requisitos para o desenvolvimento dos sistemas a serem realizados pela CONTRATADA;

10.3.16. Aprovar ou reprovar as atualizações tecnológicas propostas;

10.3.17. Manter pessoal técnico para prestar esclarecimentos sobre os processos de negócio e requisitos;

10.3.18. Efetuar a homologação, dar aceite definitivo e pagar os serviços nos prazos estabelecidos.

10.3.19. Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade e encaminhar ao Órgão Gerenciador da SEGES (SEGES/SRP) para conhecimento, devendo este remeter o processo à Gerência de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral do Município para os procedimentos cabíveis, quando a ocorrência referir-se ao fornecimento/contratação de sua Unidade Gestora / Secretaria requisitante.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES INTERNOS E EXTERNOS

11.1. Em atendimento a Lei Municipal 8.753/2014, alterada pela lei nº 9.148/2017 e desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e nas seguintes condições:

11.1.1. Para os órgãos não participantes internos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de **remanejamento de saldo**;

11.1.2. Excepcionalmente, em casos de relevante interesse público, desde que devidamente justificado e se não puder ser remanejado saldo suficiente para atender a demanda, as secretarias municipais que não participaram dos procedimentos iniciais poderão utilizar, mediante adesão, às atas de registro de preços firmadas pela municipalidade.

11.1.3. Para os órgãos não participantes externos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de adesão, observadas as regras estabelecidas no Decreto Municipal n.º **17.959/2019**, e alterações, se houver, e conforme as instruções elencadas nos itens subsequentes;

11.2. Os órgãos externos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devendo, para tanto, observar as condições previstas no Decreto Municipal nº **17.959/2019** e alterações, quando houver.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.4. As adesões a que se refere este artigo não poderão exceder ao quádruplo do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.

11.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.6. As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por órgão que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.

11.7. Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do compromissário fornecedor, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.

11.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

12.1. Os tributos que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta da presente Ata de Registro de Preços, serão de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, assim definido nas Normas Tributárias.

12.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. O licitante fica sujeito à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993 pelos seguintes motivos:

- a) Não assinar/receber a Ata de Registro de Preços/Contrato/Ordem de Serviço (OS), injustificadamente (inexecução total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação;
- b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 01 (um) ano, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação;
- c) Apresentar documentação falsa: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

13.2. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) ainda a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I. Advertência por escrito – nos casos de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

a) Atrasos na entrega das funcionalidades desde que não acarretem prejuízos para a Administração Municipal;

a) Entrega de funcionalidades em desacordo com o solicitado, desde que não acarretem prejuízos para a Administração Municipal;

b) Apresentação de erro recorrente das funcionalidades, sem que haja correção da rotina na raiz.

II. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

a) Por atraso injustificado na conclusão da fase de implantação (qualquer funcionalidade/requisito) em até 30 (trinta) dias consecutivos: 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia sobre o valor global da fase de Implantação do módulo atingido;

b) Por atraso injustificado na conclusão da fase de implantação superior a 30 (trinta) dias consecutivos: 10% (dez por cento) sobre o valor global da fase de implantação por módulo atingido;

c) Por desistência da proposta, após a fase de habilitação, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração: 10% (dez por cento) sobre o valor global da licitação;

d) Por recusa do adjudicatário/contratado em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, depois de decorrido o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos contados da data da convocação, e/ou recebimento da Ordem de Serviço: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

e) Por atraso injustificado na execução do Contrato superior a 30 (trinta) dias consecutivos: 15% (quinze por cento) sobre o valor global do Contrato e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviço;

f) Por atraso injustificado na execução/atendimento das Ordens de Serviço (chamados) para correção do sistema (manutenção corretiva), em até 05 (cinco) dias consecutivos: 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia sobre o valor mensal do módulo;

g) Por atraso injustificado na execução / atendimento das Ordens de Serviço (chamados) para correção do sistema (manutenção corretiva), de 06 (seis) a 30 (trinta) dias consecutivos: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia sobre valor mensal do módulo;

h) Por atraso injustificado na execução / atendimento das Ordens de Serviços (chamados) para correção do sistema (manutenção corretiva) superior a 30 (trinta) dias consecutivos: 10% sobre o valor mensal do módulo, sem prejuízo da aplicação da multa moratória constante da alínea anterior;

i) Por inexecução parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada;

j) Por inexecução total injustificada do Contrato: 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho;

k) Nos casos de reincidência de erros que já foram solicitadas correções através de ordens de serviço (chamados), quando a reincidência ocorrer pela 3ª (terceira vez), Multa de 5% sobre a parcela mensal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

l) Nos casos de reincidência de erros que já foram solicitadas correções via ordens de serviços (chamados), quando a reincidência ocorrer mais de 3 (três) vezes e até 5 (cinco) vezes, Multa de 10% sobre o valor mensal do módulo;

m) Nos casos de reincidência de erros que já foram solicitadas correções através de ordens de serviços (chamados), quando a reincidência ocorrer mais de 5 (cinco) vezes, multa de 20% sobre o valor da parcela mensal.

n) Nos casos de apresentação de erros que impeçam e/ou acarretem no envio das prestações de contas em atraso a qualquer órgão de controle externo: 10% (dez por cento) sobre o valor global.

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

a) Fraude na execução da contratação;

b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

13.3. As multas previstas no inciso II do item 13.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.

13.4. As sanções previstas no item 13.1 e no inciso III do item 13.2 poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II do item 13.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.5. As sanções previstas no item 13.1 e nos incisos I e II do item 13.2 são de competência da Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.6. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

13.7. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO

14.1. O compromissário fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas seguintes hipóteses:

I. Não cumprir as exigências da ata de registro de preços;

II. Não assinar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Por inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;

V. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, deste artigo, será formalizado por decisão da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo dada a devida publicidade por meio do veículo de imprensa oficial do Município.

14.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público;

II. A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

ANCKIMAR PRATISSOLLI

AUTORIDADE COMPETENTE DA CENTRAL DE
LICITAÇÕES

P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA

P/ ÓRGÃO GERENCIADOR - SEGES

CARLOS EDUARDO VAZQUEZ

FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS S/S LTDA

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

CPF: 008.966.487-61

CRISTINA COSTA GANEN BERBET

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO SISTEMA DE
REGISTRO DE PREÇOS - SEGES

P/ ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES

Digitally signed by CARLOS EDUARDO VAZQUEZ:00896648761
Date: 2022.09.15 13:24:50 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES